



Publicação Trimestral - Julho de 2007 - nº 4

Pág. 1
SEMINÁRIO SOBRE
"LOCAL CONTENT"
UM SUCESSO

pág. 2
CONTEÚDOS LOCAIS

pág. 4
CADEIA DE VALOR
DO PETRÓLEO
PARA
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

pág. 5
FINALIZAÇÃO DOS
RABALHOS DO PACOTE
LEGISLATIVO DA ZONA
ECONÓMICA
EXCLUSIVA

pág. 6
INTRODUÇÃO A
GEOLOGIA DO
PETRÓLEO - CASO DA ZEE

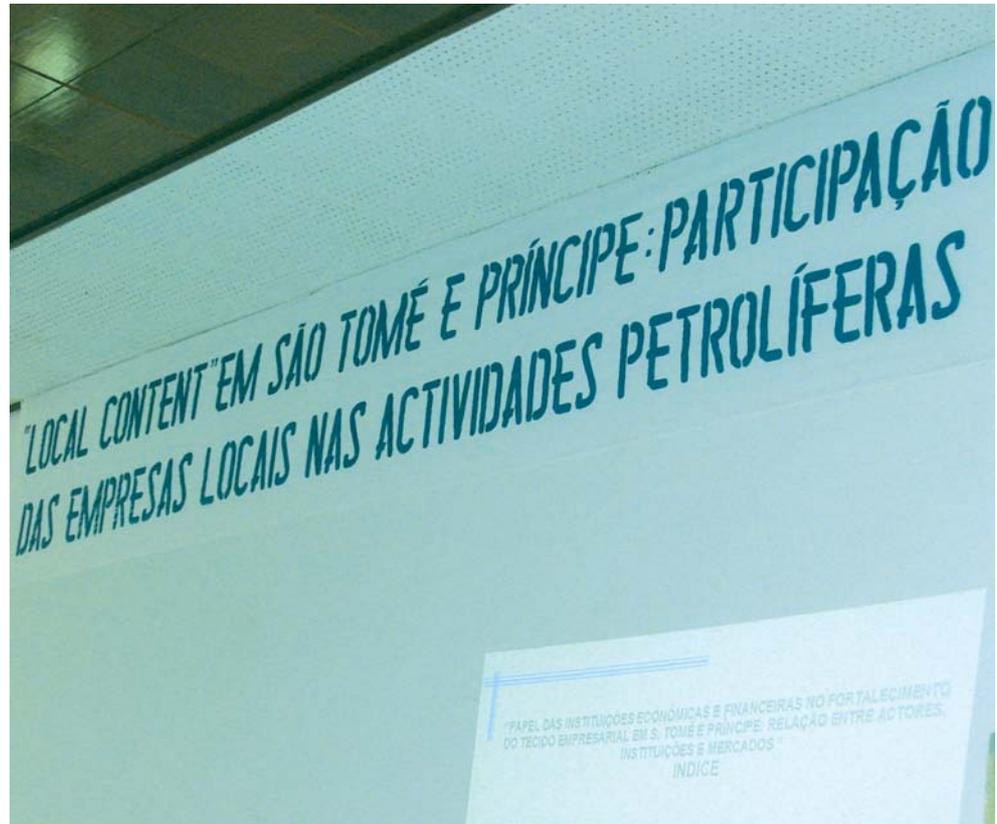
pág. 7
INÍCIO DAS OPERAÇÕES
PETROLÍFERAS NOS
BLOCOS 2 E 4 DA ZONA
CONJUNTA PARA 2008

COMITÉ NACIONAL
DA EITI

pág. 8
VISITA DE TRABALHO DA
PSG A ANP-STP

AVALIAÇÃO
INDEPENDENTE DOS
DADOS SÍSMICOS DA
ZONA ECONÓMICA
EXCLUSIVA

10ª CONFERÊNCIA DO
GOLFO DA GUINÉ SOBRE
O PETRÓLEO E GÁS



SEMINÁRIO SOBRE "LOCAL CONTENT" UM SUCESSO

Toda Nação São-Tomense deverá preparar-se para a Era do Petróleo que se avizinha.

O desafio esta lançado. Agora o importante é agir com celeridade, lutar contra o tempo, pois a exploração petrolífera não se compadece com o ambiente de inércia e desorientação que se vive em S. Tomé e Príncipe.

Em síntese, foi esta a recomendação saída do seminário sobre a participação das empresas nacionais nas actividades relacionadas com as actividades petrolíferas, comumente designado de "Local Content".

O evento foi organizado, no dia 25 de Abril passado, pela Agência Nacional do Petróleo com assistência técnica do Banco mundial.

O objectivo era debater um diagnóstico do tecido empresarial São-Tomense e encontrar mecanismos que promovam a integração das empresas nacionais no processo de exploração petrolífera. O relatório foi elaborado pela firma portuguesa MundiServiços, recrutada pela ANP-STP com assistência do Banco Mundial e trouxe a super- ▶

► fície uma realidade já conhecida. Os empresários são-tomenses estão fragilizados, descapitalizados, não dispo-ndo de recursos humanos, tecnoló-gicos e financeiros, sendo imprescindível a criação de um clima favorável que potencie o reforço do tecido empresarial do país.

Na apresentação do tema sobre o papel das instituições financeiras no fortalecimento do tecido empresarial do país, o Dr. Arlindo Carvalho,

Governador do Banco Central enfatizou que as fragilidades das empresas nacionais decorrem da própria debilidade da economia de São-Tomé e Prín-cipe e da falta de uma coerente política de desenvolvimento.

Este ponto de vista foi tam-bém partilhado pelo Ministro dos Recursos Naturais e Ambiente que presidindo o acto de abertura sublinhou a necessidade de um consenso nacional em torno de uma polí-tica de incentivos às empresas

nacionais com a finalidade de às dotar de capacidade compe-titiva e se prepararem para a Era do Petróleo que se avi-zinha.

A criação de um ambiente favorável ao fortalecimento das empresas, passa necessá-riamente pela implementação de acções concretas em três grandes domínios:

- Reforma da Administração Pública;
- Formação massiva de qua-dros a todos os níveis;
- Criação de um Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial.

O seminário sobre "*Local Content*" orientado pela empresa MundiServiços, foi um sucesso, ultrapassando todas as expectativas. Contou com a participação de mem-bros do Governo, empresários nacionais, Deputados, qua-dros técnicos e a Sociedade Civil, todos engajados em dar a sua contribuição para que a nação São-Tomense aproveite da melhor forma as sinergias geradas pela exploração do petróleo. ■



CONTEÚDO LOCAL

Conteúdo Local é uma tradução literal de uma expressão de origem inglesa "Local Content".

Parece não existir na língua portuguesa uma convenção relativa ao seu significado.

Em algumas paragens ouve-se falar de "con-teúdos locais", em outras prefere falar-se de "participação local". Enfim,

em outras ainda utiliza-se "participação nacional" como sinónimo das anteriores.

Mas, esta não parece ser a questão principal. A reali-

dade por detrás deste voca-bulário é a mesma de norte a sul do nosso continente.

A África é um produtor cada vez mais relevante do petróleo bruto e assume um papel ainda maior na geo-estratégia mundial do apro-visionnementamento da energia. No entanto, o desenvolvimento desta indústria fez-se à mar-gem das economias nacio-nais dos países produtores, que não souberam ou não puderam integrar a indústria

do petróleo na sua economia e no seu processo global de desenvolvimento.

Assim, o petróleo nacional é explorado pelas grandes companhias internacionais, economicamente poderosas, vertical e horizontalmente integradas que executam todas as fases do longo, demorado e complexo processo de pesquisa e exploração do petróleo. Este processo é conduzido no respeito pelos padrões internacionais estabelecidos por essas companhias, na esmagadora maioria dos casos, sem qualquer ponto de contacto com as gentes do país e da economia nacional. Tudo se passa num vaso fechado, não contribuindo a economia nacional em nenhuma das fases, nem de qualquer modo para a produção do petróleo.

Em contrapartida desta atitude passiva, de não-acção, inofensiva da comunidade nacional, que se limita a garantir a paz e a tranquilidade daqueles que trabalham, são emitidos no fim do mês ou do ano cheques que compensam os direitos concedidos.

Uma análise crítica desta situação, conduziu a sua negação. Constatou-se que são dispendidos avultadíssimos recursos no processo de pesquisa e exploração do petróleo e que se parte desses mesmos recursos fosse internalizados, isto é, fixados no país através do fornecimento de uma parte de serviços necessários à indústria, o impacto seria enorme nas economias nacionais.

Constatou-se ainda que,

embora os países produtores de petróleo fossem por definição ricos, as suas populações são, na sua maioria, pobres e o seu estado de desenvolvimento não se distinguia do de aqueles que não eram produtores de petróleo. A razão desta identidade de situação é, por um lado, a incapacidade dos poderes públicos de investir o dinheiro ganho num processo de desenvolvimento sustentável e, por outro lado, porque não eram criadas condições de desenvolvimento de um sector privado competente e activo susceptível de reivindicar para si parte cada vez mais significativa dos serviços e bens necessários à produção do petróleo nos respectivos países.

É neste contexto que os "conteúdos locais" assumem toda a sua importância e são catapultados para o centro do debate sobre a exploração do petróleo nos países subdesenvolvidos, particularmente no continente africano.

Pese embora São Tomé e Príncipe não seja ainda um país produtor de petróleo, o problema coloca-se com a mesma acuidade.

Foi nesta perspectiva, que a Agência Nacional do Petróleo levou a cabo um estudo relativo à participação das empresas locais no processo de pesquisa e exploração do petróleo.

O estudo constatou naturalmente que nas condições de hoje, as empresas santomenses são incapazes de qualquer contributo. Não só elas estão completamente

descapitalizadas e o acesso ao crédito é assaz difícil, como também o seu nível de organização e gestão não lhe permite fazer face as exigências de uma indústria tão especializada. Acresce ainda o facto de tratar-se de uma indústria que faz um apelo permanente a tecnologias de ponta que raramente estão ao alcance de países subdesenvolvidos.

Conscientes desta realidade, o estudo aponta pistas para um programa que vise a preparação e o fortalecimento da capacidade financeira e de gestão das empresas santomenses para que gradualmente elas possam reivindicar a prestação de determinados serviços e fornecimento de bens e equipamentos.

Para além disso, o estudo aponta para a necessidade de um programa de formação e especialização de quadros nos mais diversos sectores do saber e da vida económica de modo a que as oportunidades de emprego que forem surgindo possam beneficiar a comunidade nacional.

Por último, o estudo aconselha, ainda, que seja estabelecido um adequado enquadramento jurídico do "local content" que previna qualquer discriminação contra as empresas locais e crie as condições de estabelecimento de parcerias mutuamente vantajosas.

Resta agora que os poderes públicos assumam decididamente este desafio e o inscrevam na sua agenda.

As empresas nacionais agradecerão. ■

CADEIA DE VALOR DO PETRÓLEO PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Designa-se de Cadeia de Valor a uma série de actividades relacionadas e desenvolvidas pela empresa, e não só, a fim de satisfazer as necessidades dos clientes, desde as relações com os fornecedores, ciclos de produção e venda até a fase de distribuição para o consumidor final.

Cada elo dessa cadeia de actividades está interligado, concorrendo no seu todo para um único objectivo. O bem-estar social.

Quando se trata de exploração do petróleo, o problema se coloca com maior acuidade, pois as actividades petrolíferas envolvem as mais diversas áreas e ramos da sociedade.

Para São Tomé e Príncipe, a incorporação de bens e serviços nacionais à actividade petrolífera e seus serviços de apoio deverá constituir uma prioridade, e deve estar bem patente na definição da política do "Local Content". Esta política permitirá um alargamento da cadeia de valor da actividade petrolífera ao estendê-la tanto quanto possível às sucessivas cadeias de fornecimento a montante, dinamizando de forma mais vasta toda a economia do país.

Esta dinâmica envolve os vários sectores de actividades económicas, como por exemplo a agricultura, as pescas e as indústrias transformadora, nomeadamente agro-industrial, e extractiva.

A correcta gestão de uma Cadeia de Valor pode tornar-se num diferencial competi-

tivo, na medida em que contribui para a melhoria da rentabilidade do empreendimento, por meio de identificação e eliminação de actividades que não adicionam valor ao produto.

A estruturação de uma perfeita de Cadeia de Valor para as actividades petrolíferas em S. Tomé e Príncipe deve dar lugar rapidamente à vanguarda do pensamento de gestão como uma ferramenta poderosa de análise ao planeamento estratégico. Sua última meta é maximizar a criação de valor enquanto minimiza os custos.

Em termos de actividades paralelas à exploração do petróleo, pode-se, a título de exemplo, construir a seguinte Cadeia de Valor:

● ACTIVIDADES PRIMÁRIAS

- Pesquisa e desenvolvimento
- Software, instrumentação e electrónica
- Operações/logística

● ACTIVIDADES DE SUPORTE

- Prestação de serviços de transportes e comunicações
- Formação genérica e formação específica relativa

ao sector

- Alojamento e restauração
- Turismo de lazer
- Agricultura
- Agro - indústria
- Construção civil e obras públicas

Na fase de exploração e produção do petróleo pode-se identificar, também a título de exemplo, as seguintes actividades:

● ACTIVIDADES PRIMÁRIAS

- Operações para exploração de petróleo
- Logística para a exploração de petróleo
- Indústria fornecedora de bens e serviços (tipo instalação)
- Empresas prestadoras de serviços para o sector (electricidade, soldadura, reparação)

● ACTIVIDADES DE SUPORTE

- Alojamento e alimentação
- Turismo de lazer
- Agricultura (horticultura, fruticultura e floricultura)
- Produção animal
- Pescas
- Agro-indústria (congelamento e conservação de

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- pescado, frutos e produtos hortícolas, produção de óleos e gorduras, rações, lacticínios, panificação e pastelaria, sabão, madeira, entre outras)
- Indústria transformadora: (metalomecânica, mobiliário, cerâmica, materiais de construção, edição e impressão)
 - Empresas prestadoras de outros serviços: (auditoria; consultoria; serviços de advocacia; serviços financeiros; sistemas de informação e comunicação; serviços ambientais e arquitectura e engenharia)
 - Construção civil e obras públicas
 - Prestação de serviços: como por exemplo de transporte, comunicação, armazenagem, segurança, recolha e tratamento de resíduos
 - Empresas prestadoras de serviços na área da saúde e estética,
 - Empresas de formação profissional genéricas e

específicas à cadeia de valor

- Serviços imobiliários

● ACTIVIDADES COMERCIAIS POR GROSSO E A RETALHO

- Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos
- Comércio de matérias-primas, equipamentos, combustíveis, produtos alimentares, têxteis, vestuário, calçado, electrodomésticos, produtos de higiene e beleza, materiais de construção e outros materiais, livros jornais e revistas.

Na era pós-petróleo, podem identificar as seguintes actividades:

- O reforço de todas as actividades de suporte referidas no ponto anterior, bem como o reforço da actividade de exportação, nomeadamente para a região, visando a sustentabilidade da economia São-Tomense pós-petróleo.

Para dar corpo a este desiderato, os mecanismos de apoio ao nível legal, fiscal e financeiros a serem definidos para as empresas que prestem serviços e fornecimentos directos às Empresas Operadoras devem, conseqüentemente, estender-se e enquadrar também as empresas fornecedoras de produtos e serviços a estes fornecedores directos.

Apesar das fragilidades existentes nos sectores agrícola, industrial e serviços em S. Tomé e Príncipe, o país terá de certo condições para produzir com os padrões exigíveis de qualidade e quantidade de diversos bens e serviços de consumo. O sector agro-pecuário e das pescas, e, a jusante, da industria agroalimentar, são, à priori, os que melhor se perfilam nesse sentido, atendendo às características produtivas nacionais.

Deste modo se afigura de capital revelo a aposta, o quanto antes nas vertentes acima mencionadas. ■

FINALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO PACOTE LEGISLATIVO DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

No quadro da finalização dos trabalhos do pacote legislativo e regulatório a ser aplicado na Zona Económica Exclusiva visando o estabelecimento do quadro jurídico-legal e no âmbito da política de formação interna na vertente 'On Job Training', o Director Jurídico da

Agência, Afonso Varela esteve durante duas semanas em Londres nos escritórios da firma americana Lebouef, Lamb, Greene and MacRae seleccionada para proceder a revisão e actualização dos trabalhos, onde trabalharam em conjunto no draft final dos documentos.

INTRODUÇÃO A GEOLOGIA DO PETRÓLEO - CASO DA ZEE

No quadro da reavaliação dos dados sísmicos da Zona Económica Exclusiva de S. Tomé e Príncipe, pela firma BGS-British Geological Survey, a Agência Nacional do Petróleo realizou um seminário sobre "Introdução a Geologia do Petróleo - Caso da Zona Económica Exclusiva".



Técnicos da ANP-STP e da BGS durante o trabalho de campo

O evento decorreu de 18 a 22 de Junho na sala de conferências da ANP e foi animado pelo vulcanólogo britânico KEVIN SMITH e a geóloga Joana Gafeira.

Esta acção de formação foi precedida de um trabalho de campo que consistiu no reconhecimento de alguns locais no interior da ilha de S. Tomé onde ocorrem emanções de petróleo à superfície, assim como estudos das características das rochas vulcânicas do país. Os técnicos da ANP, orientados pelo cientista britânico, efectuaram pesquisas geológicas na Rocha Vila Celeste em Uba-Budo, vulgar-

mente designado de Água Petróleo, Pico Cão-Grande e Mouro-Peixe.

Dados e amostras recolhidos nestes locais demonstraram a presença na região de um sistema activo e maturo de hidrocarbonetos.

Não obstante o tempo decorrido, é ainda notável a presença de óleo de origem geológico e gás em forma de bolhas emanando sobre superfície e flutuando na água presente na escavação onde se situa o poço Uba Budo 1.

A existência de rocha mãe ou rocha geradora de hidrocarbonetos que constitui uma das maiores incertezas e riscos no processo de pesquisa/explora-

ção, fica assim comprovado devido ao fenómeno anteriormente explicado.

A formação interna dos quadros da Agência Nacional do Petróleo culminou com um seminário alargado, em que foram convidados, representantes das demais instituições nacionais ligadas ao dossier petróleo, designadamente Banco Mundial, Enco, membros da 4ª Comissão da Assembleia Nacional, Assesores do Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, Representante da Autoridade Conjunta S. Tomé/Nigéria e Assessor Jurídico da Presidência da República.

Com a realização deste seminário, a ANP-STP, aproveitou a presença em S. Tomé do cientista britânico para promover, mais um debate aberto sobre a evolução seus trabalhos conducentes à exploração do petróleo na Zona Económica Exclusiva de S. Tomé e Príncipe. ■



Vestígios de óleo da Rocha Geradora - Uba Budo 1

INÍCIO DAS OPERAÇÕES PETROLÍFERAS NOS BLOCOS 2 E 4 DA ZONA CONJUNTA PARA 2008

A empresa chinesa SINOPEC e a suíça ADDAX Petroleum, operadoras respectivamente dos Blocos 2 e 4 na Zona Conjunta Nigéria/S.Tomé e Príncipe, anunciaram no dia 9 de Março numa cerimónia pública realizada no Hotel Miramar em S.Tomé o início das perfurações nos dois Blocos para Julho de 2008.

Ainda na mesma cerimónia as duas empresas celebraram um acordo de parceria com a firma indiana ABAN OFFSHORE, especialista em perfu-

rações em águas profundas e proprietária do barco - perfuração a ser utilizado na realização das operações. Esta firma deverá efectuar um total de 4 perfurações, entre 2008 e



2013, nos dois blocos.

A estatal Sinopec adquiriu o direito de exploração do bloco 2, em Março de 2006, por 71 milhões de dólares de bónus de assinatura, estando associada a outras empresas, entre as quais a Addax Petroleum com 14%.

Na mesma ronda de adjudicação organizada pela Autoridade Conjunta Nigéria/São Tomé e Príncipe, a Addax adquiriu o direito de exploração do bloco 4 por 90 milhões de dólares, tendo associadas outras empresas com participações minoritárias. ■

COMITÉ NACIONAL DA EITI

A Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP-STP) organizou, sob o patrocínio do Banco Mundial, um encontro de trabalho informal, destinado a promover a criação de um Comité Nacional da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI em inglês Extractive Industry Transparency Initiative) em São Tomé e Príncipe.

O encontro que teve lugar na ANP-STP, no dia 4 de Maio último, foi orientado pelo consultor do Banco Mundial, Eleodoro Mayorga, conjuntamente com o Director Executivo da Agência, Luís dos Prazeres e contou com a participação de representantes da sociedade

civil e da comunicação social.

A EITI é uma iniciativa que visa promover uma maior transparência e responsabilidade nos países produtores de petróleo, gás e exploração mineral, tendo sido lançada pelo Primeiro Ministro do Reino Unido, Tony Blair, na Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, em Joanesburgo, África do Sul.

São Tomé e Príncipe aderiu inequivocamente aos Princípios da EITI como ilustra a Declaração sobre a Transparência no sector petrolífero assinada em Abuja, em 24 de Junho 2004, pelos Chefes de Estado de São Tomé e Príncipe e Nigéria denominada Declara-

ção de Abuja e a aprovação da Lei - Quadro de Receitas Petrolíferas em 29 de Dezembro de 2004.

No entanto, o processo de implementação dos Princípios da EITI envolve várias acções entre as quais a criação de um Comité Nacional da EITI. Neste sentido, foi constituído um Grupo de Trabalho com a incumbência de dinamizar o processo, tendo a ANP-STP disponibilizado-se para assistir no secretariado. Por outro lado, é importante que o Governo tenha um papel activo indicando um coordenador para dirigir a implementação da EITI e as partes que deverão ser parte do futuro Comité Nacional. ■

VISITA DE TRABALHO DA PSG A ANP-STP

No âmbito do acordo existente entre o Governo e a companhia norueguesa Petroleum Geo-Services (PGS), uma delegação desta empresa efectuou, na última semana de Maio, uma visita de trabalho a S. Tomé e Príncipe.

Na sequência da visita, a ANP-STP e a PGS adoptaram um Plano de Acção que conduzirá a primeira licitação internacional de blocos na Zona Económica Exclu-

siva (ZEE) de São Tomé e Príncipe, prevista para o ano 2008.

O Governo e a PGS celebraram, em Fevereiro de 2001, um acordo para aquisição de dados sísmicos com o objectivo de determinar o potencial e promover internacionalmente a ZEE. Esta empresa já efectuou três jornadas de levantamentos sísmicos respectivamente em 2001, 2002 e 2005. ■

10ª CONFERÊNCIA DO GOLFO DA GUINÉ SOBRE O PETRÓLEO E GÁS

Realizou-se em Londres, nos dias 8 - 10 de Maio do corrente ano, a 10ª Conferência sobre a indústria petrolífera no Golfo da Guiné sob o lema "Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável e o Local Content", seguido de um workshop sobre experiência das Negociações dos Contratos de Partilha de Produção em África.

Estiveram presentes delegados das companhias petrolíferas actuaes na região, agências governamentais do sector petrolífero, gabinetes de consultoria internacionais e grupos financeiros mundiais.

A Agência Nacional do Petróleo fez-se representar na Conferência pelo Director Executivo, Luís dos Prazeres. ■

AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DOS DADOS SÍSMICOS DA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

No âmbito dos estudos da avaliação técnica e económica a luz dos dados sísmicos adquiridos pela PGS em 2001, 2003 e 2005, foi seleccionado o consórcio British Geological Survey/Aupec para conduzir a análise independente e produzir no final um relatório completo a ser submetido ao governo santomense.

Para seguimento dos trabalhos nomeadamente na interpretação dos dados sísmicos e no âmbito da política de formação interna que tem sido levado ao cabo pela ANP-STP na vertente 'On Job Training', estiveram durante duas semanas em Edimburgo, Escócia para os devidos efeitos, o Director Técnico Osvaldo Abreu e o Técnico-Geólogo Orlando Pontes. ■

Ficha técnica

Boletim informativo - Edição nº4 - Julho de 2007

Propriedade: Agência Nacional de Petróleo

ANP- STP - Av. das Nações Unidas, CP 1048 - S. Tomé

Telf.: 226 940/33/35 - Fax: 226 937

Site: www.anp-stp.gov.st

E-mail: anp_geral@cstome.net

Paginação, impressão e acabamento: DoriaDesisgn

Tiragem: 150 exemplares